

RESENHA

John Locke Político: a marca da tolerância, de Antônio Carlos dos Santos¹

Maria Cecília Pedreira de Almeida² e Saulo Henrique Souza Silva³

O livro *John Locke político: a marca da tolerância*, publicado pelo professor Antônio Carlos dos Santos, da Universidade Federal de Sergipe, delineia os argumentos centrais das obras que estão na base do multifacetado pensamento político de John Locke. Trata-se de contribuição significativa aos estudos do filósofo inglês no Brasil, tanto como referência para pesquisas especializadas quanto para aquelas que estão em fase introdutória.

O livro está dividido em nove capítulos, com 245 páginas que perpassam por contextos e teses distintas que foram ganhando forma ao longo do processo de composição das obras, algumas das quais nunca publicadas durante a vida de Locke.

Trata-se da apresentação de estudos realizados ao longo de anos pelo professor Antônio Carlos, alguns publicados em versões preliminares em revistas especializadas. O *leitmotiv* da obra é a tese de que a tolerância pode ser concebida como uma espécie de espinha dorsal do pensamento político de Locke, que é exposto em detalhes.

O tema da obra não poderia ser mais pertinente e atual, pois, ao se debruçar sobre a constituição do pensamento político lockiano, o autor analisa o surgimento e o desenvolvimento da ideia de tolerância. No século XVII o argumento da separação entre as esferas pública e privada era bastante conhecido, mas coube a Locke dar-lhe uma forma conceitual até hoje insuperada: o Estado deve se abster de interferir nas consciências dos cidadãos, e, igualmente, o poder religioso deve se restringir à esfera de assuntos da vida religiosa. Apesar de o aparato conceitual ser antigo, a intolerância, em seus diversos e nefastos matizes, é algo que persiste e recrudesce hoje, voltando, infelizmente, a estar no centro do debate público no oriente e no ocidente. Nesse sentido, compreender as razões de Locke na luta em defesa da tolerância é um exercício atualmente indispensável.

Não resta dúvida que, queiramos ou não, estamos a tratar de um autor clássico. Clássico não no sentido equivocado que alguns lhe conferem, em termos de um objeto de devoção, que não guardaria mais nenhuma conexão com o mundo atual; nem clássico no sentido de ser algo que deve ser preservado, mas que seria no fundo apenas uma curiosidade histórica, uma peça de museu, e, portanto, algo completamente inútil. Locke é clássico em outro sentido, no bom sentido. Ou seja, ele traz no bojo de sua obra os fundamentos e os instrumentos essenciais para compreensão de várias controvérsias filosóficas, políticas e jurídicas que estão muito vivas ainda hoje.

¹ Resenha de: SANTOS, Antônio Carlos dos. *John Locke político: a marca da tolerância*. São Paulo: Edições Loyola, 2021.

² Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

³ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.

É também digna de destaque a publicação deste livro no Brasil, neste momento. Aqui Locke nunca foi um autor do *mainstream*, ao menos não no campo da filosofia. Como Antônio Carlos dos Santos nos lembra argutamente, diferentemente de outros autores dos séculos XVII e XVIII, muito estudados na nossa academia – como, por exemplo, Hobbes, Spinoza, Rousseau e David Hume –, Locke não teve a mesma sorte em terras brasileiras. As razões disso não serão tratadas aqui, mas é interessante notar este aparente descompasso: não que Locke fosse aqui considerado um autor menor, mas, mesmo tendo um lugar reservado no panteão dos grandes, a sua obra não foi objeto de maior interesse. Daí porque recuperar o seu pensamento implica uma dupla inflexão: em primeiro lugar, traz para o público brasileiro um livro que retrata as ideias lockianas; em segundo lugar, um texto escrito por um professor e pesquisador comprometido e que se empenha, segundo a boa tradição filosófica formada no Brasil, ser o mais fiel possível ao espírito do texto do autor, apresentando, juntamente com a discussão sobre suas ideias, o retrato do momento histórico em que foram geradas, proporcionando ao leitor uma visão nítida sobre o que efetivamente pensou o filósofo, livre, portanto, de quaisquer ideologias ou apropriações equivocadas. Como resultado, a publicação desse livro sobre Locke nesse momento permite, de certa maneira, a desconstrução de certas interpretações imprecisas, oportunistas ou simplesmente preguiçosas que caricaturam o filósofo inglês.

John Locke Político é escrito de forma simples, clara e direta. Nada no seu estilo é rebuscado ou rebarbativo, o que ajuda o leitor numa leitura fluida. Ao mesmo tempo, oferece uma miríade de informações e oportunidades de aprofundamento nas notas bibliográficas, cumprindo ao mesmo tempo, o papel de porta de entrada para estudantes ou interessados em compreender melhor a filosofia política de Locke, e o de inestimável fonte de consulta e auxílio para pesquisadores que já se encontram em níveis mais avançados. O livro ainda conta com o prefácio do professor Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros, que reflete sobre o panorama geral da obra.

Na apresentação, Antônio Carlos dos Santos nos traz o sentido prático da tolerância a partir da reflexão sobre os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Preocupado com as questões que envolvem esse tema, afirma que “da segunda metade do século XX para cá, parecem ter voltado com força total, exigindo maior atenção”.⁴ E é também nesse contexto, de intolerância cultural e avançar da beligerância dos povos, que o autor destaca uma espécie de amadurecer em seus interesses de pesquisa para o problema moderno e sempre contemporâneo da tolerância.

O primeiro capítulo inicia-se com um estudo do método adequado à compreensão da filosofia política de Locke, e tenta responder à seguinte pergunta: como é possível interpretar o texto político de um filósofo que escreveu em épocas distantes de nosso momento histórico? Antônio Carlos dos Santos empreende uma reflexão e enfatiza o contextualismo linguístico, desenvolvido Peter Laslett, John Pocock e, sobretudo, por Quentin Skinner. É esse o método que norteará a investigação presente no livro, aliando o texto ao contexto, como defendem os professores da Escola de Cambridge.

Nesse sentido, Antônio Carlos dos Santos resalta uma das principais teses de Laslett, presente na clássica introdução aos *Dois tratados sobre o governo* (1960): que a obra nasce de contextos e situações específicas que estão relacionadas diretamente com a sua composição.

⁴ SANTOS, *John Locke Político: a marca da tolerância*, p. 18.

Por essa razão, para Laslett, há uma divisão inconciliável entre o Locke filósofo e o Locke teórico político. Tais facetas do seu pensamento não deveriam ser entendidas como um corpo de ideias que poderiam ser consideradas de maneira complementar, uma vez que, conforme aponta nosso autor, para Laslett os *Dois tratados* apresentam-se “como algo muito distinto de um prolongamento da filosofia geral do *Ensaio* pelo campo político”.⁵

Seguindo essa ideia, o autor investiga no capítulo 2 a relação entre Locke e seu tempo, mostrando como as suas ações, enquanto pensador político, estavam relacionadas ao alvoroçado mundo da política no qual o Conde de Shaftesbury era uma figura de destaque. Na sequência, o capítulo 3 tem por objeto questões que norteiam a tolerância e que são tratadas também em obras de política, educação e teoria do conhecimento; o objetivo não é restaurar a tese de um pretenso sistema lockiano, como alguém que seguisse apenas pela abordagem estruturalista poderia pensar em fazer desde o início, mas ressaltar a complexidade de problemas articulados por Locke em sua defesa da prática da tolerância entre crenças e opiniões divergentes a respeito de religião.

O quarto capítulo investiga de forma mais específica os contornos da tolerância enquanto um problema social europeu dos séculos XVII e XVIII, problema esse que levou Locke a escrever e a se dedicar tão enfaticamente a esse tema. O texto dá destaque e reflete sobre a dinâmica, quase dialética, de um autor que inicialmente defendia que a paz da *commonwealth* só poderia ser assegurada com o controle do magistrado sobre os assuntos indiferentes, conforme o texto de juventude *Opúsculos sobre o governo*, para a guinada em defesa da diversidade de opiniões e crenças diferentes convivendo em um mesmo espaço social. Conforme as palavras do professor, “se a religião é a fonte de insegurança e estabilidade, o remédio para o mal seria a submissão de todos à figura do magistrado, que representa o poder civil”⁶. O capítulo segue os passos que levam ao Locke tolerante, defensor de um poder civil limitado ao mundo temporal, e que não se intrometesse em questões de fé, as quais estão sempre em foro interior. Conforme teses extraídas dos textos póstumos *Ensaio sobre a tolerância* (1667) e *Sobre Samuel Parker* (1670), essas obras, segundo Antônio Carlos dos Santos, marcam “a virada de perspectiva quanto ao tema da tolerância em relação aos dois opúsculos anteriores, além de apontar elementos que serão retrabalhados e reforçados na *Carta sobre a tolerância*”.⁷

O quinto capítulo aprofunda o tema central da obra por meio da análise de textos publicados durante a vida de Locke, especialmente no período de 1689-1690. Com esse capítulo, desponta a tese de que a tolerância parece unificar os interesses do filósofo acerca da origem, desenvolvimento e extensão do conhecimento humano, bem como daqueles que dizem respeito ao convívio social. Nesse contexto, alguns temas importantes são abordados, como o conceito de república e suas reverberações sobre a noção de tolerância. De forma geral, pensadores ingleses do séc. XVII tendiam a traduzir o termo latino *res publica* pela versão inglesa *commonwealth*. É assim em James I (*The True Law of Free Monarchies* de 1598), em Thomas Hobbes, em Algernon Sidney e também em John Locke. Para outros autores, essa expressão inglesa poderia ser compreendida por “comunidade dos bens”, termo que remontaria a algo como uma espécie de governo popular e com nivelamento da riqueza. Por isso, Robert Filmer, a quem Locke e Sidney se opuseram tão firmemente, era completamente

⁵ LASLETT, “Introduction”. In: LOCKE, John. *Two treatises of government*, p. 83.

⁶ SANTOS, *John Locke Político: a marca da tolerância*, p. 104.

⁷ SANTOS, *John Locke Político: a marca da tolerância*, p. 106.

contrário ao uso de *commonwealth* para designar Estado ou República.⁸ Dessa forma, o conceito de *commonwealth* pôde ser aplicado tanto a uma monarquia absolutista quanto a um governo constitucional. A novidade de Locke, como aponta Antônio Carlos dos Santos, é trazer para o debate o papel da tolerância enquanto delineador de uma espécie de república, garantidora das liberdades e das diferenças.

O capítulo 6 traz um valioso debate sobre a relação entre tolerância e economia. A tese que vai se disseminar largamente no século XVIII é a de que a ideia de tolerância, ao trazer estabilidade social por meio do respeito mútuo e da separação entre Estado e Igreja, ampliaria o comércio e, portanto, traria o desenvolvimento econômico. Por essa razão, o autor afirma que “a liberdade religiosa, fundamento primeiro da tolerância lockiana, só pode ser exercida num quadro de outras liberdades, como a econômica”⁹. O capítulo 7 aprofunda as análises do pensamento econômico de Locke a partir do polêmico debate acerca dos pobres, presente no *Ensaio sobre a lei assistencial* (1697) que, além de tratar do tema do trabalho que deve ser assegurado aos pobres, também é um projeto de educação pública para crianças. Como o próprio livro deixa claro, o projeto de lei previa uma espécie de educação para o trabalho desde a infância.

No oitavo capítulo, o autor discorre sobre o problema do ateu, aspecto esse deveras espinhoso no pensamento lockiano. O ateu é um limite explícito que faz parte da doutrina da tolerância lockiana: o ateu não poderia ser tolerado porque representaria a figura de uma personalidade moralmente corrompida pela descrença. O autor volta a esse tema no capítulo 9, que finaliza o livro com os limites da educação, no qual trata, sobretudo, do papel da educação na modificação do caráter das crianças para a formação do *gentleman* (homem honesto e ilustrado), no qual ganha destaque a reflexão sobre a *obstinação*.

Ao longo de seus nove capítulos, o leitor de *John Locke Político* é convidado a adentrar no âmago das questões políticas que envolveram e determinaram as intenções de Locke na redação de suas obras, tudo isso a partir das fontes originais, com recurso a comentadores, e feito de forma rigorosa e comprometida com a boa interpretação. O engenho em mobilizar conteúdos densos presentes na história da filosofia para pensar a contemporaneidade e a política é algo precioso e que vai ocupar ainda muitas gerações futuras. Nesse sentido, um livro dessa natureza sobre a filosofia política de Locke atesta o pressuposto de que o conhecimento e ainda mais o conhecimento filosófico, de natureza sofisticada, não se rende a fórmulas rápidas, fáceis e frequentemente vazias. A filosofia fala em um tempo próprio, que é um tempo lento, um tempo que exige a *paciência do conceito*, da reflexão e que se contrapõe à lógica materialista, consumista, frenética e superficial das sociedades do mundo contemporâneo. Conhecer e compreender no detalhe como se forjaram os conceitos essenciais de tolerância, de propriedade, de educação e de resistência, seja para aceitá-los, seja para criticá-los, é nada menos do que desvendar o substrato a partir do qual toda a modernidade está erigida. Nesse sentido, o livro de Antônio Carlos dos Santos é um instrumento valioso.

⁸ Cf. FILMER, *Patriarcha and other writings*, 2004, p. 186.

⁹ SANTOS, *John Locke Político: a marca da tolerância*, p. 167.

Referências bibliográficas

FILMER, Robert. *Patriarcha and other writings*. Ed. Johann P. Sommerville. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LASLETT, Peter. "Introduction." In: LOCKE, John. *Two treatises of government*, ed. P. Laslett. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SANTOS, A. Carlos dos. *John Locke Político: a marca da tolerância*. São Paulo: Loyola, 2021.